

INSTRUÇÃO NORMATIVA DE DIRETORIA GERAL Nº 004/2025

Disciplina subsídios tarifários e não tarifários conforme artigo 23, Inciso IV da Lei Federal nº 11.445, de 2007, em virtude do estado de calamidade pública decorrente de eventos climáticos, sendo a isenção e desconto do pagamento das faturas de água e esgoto, a suspensão de serviços de interrupção no fornecimento de água executados pelo SAMAE do Município de Caxias do Sul.

A DIRETORIA GERAL DA AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO RIO GRANDE DO SUL (AGESAN-RS), no uso das suas atribuições que lhe serão conferidas pelo Estatuto Social e conforme a previsão legal.

Considerando:

- a Resolução DGC nº 01/2025, que instituiu as isenções no período de calamidade pública de correntes do eventos climático de maio de 2025;
- a Lei Federal nº 11447, de 2007, que dá competências a AGESAN-RS para deliberar sobre a temática tarifária.

Resolve:

Art. 1º. Fica definido que os usuários situados nos bairros Galópolis e Vila Cristina ficam isentos do pagamento das faturas referentes aos serviços de fornecimento de água e de coleta, afastamento e tratamento de esgoto, emitidas pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, com vencimento a partir de 1º de setembro de 2024, e pelo período de 10 (dez) meses, a contar da referida data.

Art. 2º. Fica definido que os usuários situados nos bairros Galópolis e Vila Cristina ficam isentos de pagamento pelos serviços de desligamentos definitivos de ligações de água, bem como os serviços correlatos para a regularização no prédio servido, que forem solicitados através de Processo Administrativo – a contar de 1º de setembro de 2024, e pelo período de 10 (dez) meses, a contar da referida data.

Parágrafo único. Os serviços citados no *caput* poderão ser realizados de ofício pela Autarquia.

Art. 3º. Os benefícios tratados pelos artigos 1º e 2º deverão ser estendidos somente àqueles moradores que continuam fora de suas residências em razão de interdição dos imóveis.

Parágrafo Único. O benefício de isenção será concedido exclusivamente aos requerentes que apresentarem um termo de interdição da residência emitido pela Defesa Civil.

Art. 4º. Casos omissos serão dirimidos pela Direção Geral da AGESAN-RS, conforme previsões estatutárias.

Art. 5º. Tais ações devem ser publicizadas pelo SAMAE, AGESAN-RS e Prefeitura Municipal de maneira ampla nas redes sociais.

Art. 6º. Esta instrução normativa de diretoria geral entra em vigor na sua assinatura.

Porto Alegre, 17 de março de 2025.

Demétrius Jung Gonzalez
Diretor Geral